

## UMA SEMANA HISTÓRICA

por Mário Soares

Não me refiro à vitória do Benfica, como campeão nacional. Suponho que os meus leitores sabem que não sou um entusiasta do futebol. Nem, sem comparação possível, à visita histórica, do ponto de vista religioso, do Papa Bento XVI a Portugal, que mobilizou multidões, e teve momentos de grande significado, quanto à abertura da Igreja ao mundo de hoje.

Refiro-me à resposta dada, finalmente, pela União Europeia à crise financeira, em virtude do ataque feito pelos especuladores internacionais, ao euro, começando pela Grécia. Criou, como se sabe, uma imensa perturbação e insegurança nos mercados e nas Bolsas europeias e não só.

Tenho acompanhado, nesta coluna, em sucessivos artigos, o que se tem vindo a passar, desde o verão de 2008, em que a crise global se manifestou na América e, depois, contagiou a Europa e o mundo inteiro, de modo mais ou menos intenso. Desde o início que insisti que o capitalismo especulativo-financeiro, dito de casino, que originou a crise, implicava, para se poder suplantar, um novo modelo de desenvolvimento, respeitador de regras éticas, sociais e ambientais, transparentes e claras. E notei, em várias ocasiões, a falta de um plano concertado entre os Estados membros da União, como condição sine quo non para ultrapassar a crise. Acusei a União de paralisia perigosa, de ausência de uma estratégia, ao menos convergente, da falta de reformas económicas e políticas e de seguir a política egoísta, do "salve-se quem puder", em ordem dispersa.

No fundo, os políticos da União, nunca quiseram agir como europeus. Sempre tentaram mudar o mínimo para que tudo ficasse na mesma. As instituições comunitárias, nomeadamente a Comissão, o Parlamento e o próprio Banco Central Europeu, permaneceram mais ou menos indiferentes e os governantes dos Estados-membros agiram, ou não, quanto a este ponto, cada um por si, embora dependentes sempre dos sinais dos grandes: a Alemanha, a França e o Reino Unido, o qual, aliás, nem sequer faz parte da zona euro.

Surgiu então o ataque especulativo à Grécia, reconhecida como o elo mais vulnerável da zona euro. A União, como vinha sendo hábito, tardou em reagir. Sem, lamentavelmente, compreender que se a Grécia entrasse em bancarrota era todo o projecto europeu que ficaria, irremediavelmente, abalado.

Foi na semana passada - por isso lhe chamei histórica - depois da ameaça do Presidente Sarkozy à Chanceler Merkel, de retirar a França do euro, se a União não actuasse, e na véspera da derrota eleitoral do Partido da Senhora Merkel, na Vestefália, que se resolveram a dar o passo em frente, que lhes era reclamado, de vários lados. Decidiram ajudar a Grécia. Foi então anunciada a criação de um fundo financeiro para garantir o apoio à Grécia ou a qualquer outro Estado da zona euro, em dificuldades. Os mercados acalmaram-se. Mas foi sol de pouca dura. Como criar, efectivamente, um fundo financeiro europeu, se não houver um governo económico europeu que fiscalize e oriente as economias dos Estados-membros? É, obviamente, necessário e lógico. E a Senhora Merkel - e bem, desta vez - foi mais longe. Aprendeu com a derrota. Numa declaração, transmitida pela agência Reuters, defendeu que "os problemas do euro oferecem à União Europeia a possibilidade de fortalecer a Política e a Economia e não só as Finanças dos Estados-membros". "Porque - disse - se o euro falha, não é só a moeda que falha. A Europa e a ideia da unidade política também falharão". Em suma, é o projecto europeu, com tudo o que significa, que desaparece, como uma utopia do passado. Não podia ser mais clara.

Será que os responsáveis europeus irão, finalmente, dispor-se a mudar de modelo de desenvolvimento, como tem preconizado o Presidente Obama? Talvez não tenha sido uma mera coincidência Obama ter telefonado à Chanceler Merkel, na véspera dela mudar de posição...

### Mudou a estratégia em Portugal?

Parece claro que foi o que resultou das declarações do primeiro-ministro, José Sócrates, no seu regresso de Bruxelas e depois do acordo com o líder do PSD, Passos Coelho. Mas não foi pedagógico a explicar o porquê da mudança e a sublinhar o seu lado positivo. Como teria sido tão útil.

Muitos portugueses ficaram surpreendidos, zangados com as medidas tomadas e, ainda mais, hostis à mudança súbita das posições de Sócrates. Mudou de um dia para o outro de opinião e de palavra, disseram. É verdade. Mas não há dúvida que as circunstâncias europeias e, portanto,

portuguesas, também mudaram de um dia para o outro. Esqueceram-se do célebre soneto de Camões - e dos ensinamentos que contém - quando diz: "Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades. O mundo é feito de mudança"...

Era inevitável. Se não acompanhássemos a viragem da União - e não compreendêssemos as oportunidades que ela também nos pode abrir - cairíamos num alçapão, como os gregos, e ficaríamos, de um momento para o outro, sem dinheiro para pagar as nossas dívidas e talvez mesmo sem dinheiro para pagar aos nossos próprios funcionários públicos e pensionistas. Claro que os portugueses, nessa hipótese, talvez viessem para a rua protestar, violentamente, como fizeram os gregos. Mas com que vantagens, para eles e para todos?

Não sou um seguidista, do género "Maria vai com as outras". Nunca fui. Escrevo e falo aos meus compatriotas com sentido de responsabilidade. É indispensável compreender que a nossa adesão à Comunidade Europeia e, depois, ao euro e ao espaço Schengen, não foram feitas tão só - ou, mesmo, principalmente - para recebermos substanciais ajudas financeiras que, aliás, nos eram, nesse momento, indispensáveis. Não esqueçamos o caos em que nos deixou a ditadura, ao cabo de 13 anos de guerras coloniais, de mortes, sofrimentos e de colossais despesas inúteis.

A verdade é que a nossa adesão à Comunidade e, depois ao euro, fizeram-nos subir de escalão internacional. Passámos a ser um País do 1º Mundo - portugueses e europeus de primeira, como alguns diziam - e não uma "província de Espanha" como previa o ministro Franco Nogueira, se perdêssemos as guerras coloniais. Aliás, tinha acontecido isso com o Estado Português da Índia, como lhe chamavam. Depois - no último minuto possível - veio a suceder o mesmo com todas as colónias. Uma mudança inevitável, feita corajosa e rapidamente.

Dizerem-nos agora - como fizeram alguns saudosistas, retrógrados e anti-europeístas - que passámos de um país soberano a um "protectorado" europeu, é ignorar o projecto europeu, o que representa, e também o mundo em que vivemos hoje. É querer uma impossibilidade: regressar ao passado, ao "orgulhosamente sós"...

O mundo evoluiu e continua a mudar aceleradamente. Os países emergentes são uma realidade e a possibilidade do Ocidente entrar em decadência - não só a União Europeia como os Estados Unidos - é uma ameaça que não devemos subestimar. E para a evitar temos todos nós, ocidentais, de mudar os nossos comportamentos e políticas. É duro, mas é assim. Teremos por isso de o fazer, com determinação e coragem. Não é ignorar ou sair da União Europeia. É avançar: mais e melhor Europa, mais solidária e progressista. E melhor articulação com os Estados Unidos, sobretudo, nós, portugueses, que somos um país essencial e estruturalmente atlântico, sendo o mar a nossa grande riqueza e destino.

Temos de mudar de estratégia, no sentido em que somos obrigados - e bem - a reduzir, em poucos anos, o nosso deficit e o nosso endividamento, público e privado. Para tanto, o despesismo do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias - que é enorme - tem de ser drástica e corajosamente diminuído. Vai custar? Vai mas, convençam-se os portugueses, não há outro caminho. Daí a reavaliação das grandes obras públicas ser indispensável bem como a reavaliação do que gasta o Estado, ministério por ministério, as Regiões Autónomas e as Autarquias, os Partidos, as Empresas Públicas e semi-públicas e toda a imensa rede por onde se esvai o dinheiro dos contribuintes...

É óbvio que são medidas impopulares que vão doer. Mas há que ter coragem de as levar por diante, com sentido de justiça social e equidade. Mas o porquê das medidas tem que ser discutido com os interessados, que são todos os portugueses e, em especial, com os parceiros sociais, os Partidos, as Universidades, as empresas, as corporações várias. Obviamente, com paciência e sentido pedagógico, de modo a que tudo seja transparente e claro.

#### Um acordo corajoso e oportuno.

É evidente que o Acordo feito entre os líderes dos dois maiores Partidos, do Governo e da Oposição, foi particularmente importante para que se pudessem anunciar as mudanças, sem ocorrerem graves revoltas ou actos desesperados de violência. Num período em que os media estavam concentrados com a visita do Papa, posso mesmo dizer, sem ironia, que foi uma bênção, sem querer menosprezar a coragem e o sentido de Estado dos dois líderes.

Em Espanha, onde o aperto foi mais grave e as medidas tomadas mais duras - bem como a situação de fundo - não foi possível um acordo do mesmo tipo. É mau e preocupante. Em compensação, houve um certo entendimento entre Zapatero e as duas principais Centrais Sindicais, o que não se conseguiu ainda em Portugal. E devia acontecer.

O problema é europeu e geral, não nacional, no sentido estrito do termo. Há que perceber isso. Olhemos para a França, para a Irlanda, para a Itália e mesmo para o Reino Unido, uma incógnita, extremamente difícil de compreender, com a nova e heteróclita coligação governamental, que não augura nada de bom para a Europa. Note-se que a primeira visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, fez-se a Washington e não a Bruxelas. É significativo.

É verdade que os problemas que pesam sobre os diferentes Estados Europeus divergem uns dos outros. Mas estamos todos no mesmo barco e ainda bem: como europeus.

Lisboa, 18 de Maio de 2010